



INTERSECCIONALIDADE E IDENTIDADE: RAÇA, GÊNERO E SURDEZ PELA AGÊNCIA DE MULHERES NEGRAS

Aline Silva¹

Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Luiza Oliveira²

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia, Niterói, RJ, Brasil.

Fátima Lima³

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro Multidisciplinar, Macaé, RJ, Brasil

Ana Claudia Monteiro⁴

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia, Niterói, RJ, Brasil.

¹ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense/UFF (2022). Possui Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ (2014). Pós-graduação em Surdez e Letramento pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES e Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro/ISERJ (2009). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO (2008). Atualmente é professora efetiva do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Cap - INES). É integrante do Grupo ArteGestoAção/INES e do Grupo de Pesquisa LALIDH - Oralidades/ UFF. E-MAIL: alineg@ines.gov.br ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2453-8051>

² Psicóloga formada pela Universidade Federal Fluminense (1992), possui Doutorado (2003) e Mestrado em Educação (1998) pela Universidade de São Paulo. Professora do Curso de Graduação em Psicologia, professora dos Programas Stricto Sensu em Psicologia e em Ensino de Ciências da Natureza da Universidade Federal Fluminense. Editora da Revista Ensino, Saúde e Ambiente. Integra o Coletivo de Intelectuais Negras e Negros do País (CDINN). E-mail luizaoliveira@id.uff.br e ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2264-1258>

³ Antropóloga. Feminista alinhada ao Feminismo Negro, decolonial e Anti-Colonial. Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/IMS/UERJ. Pós Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS do Museu Nacional/UFRJ Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Macaé. Professora do Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Linguística Aplicada- PIPGLA da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico - Raciais/ CEFET/RJ. É autora do livro "Corpos, Gêneros, Sexualidades - políticas de Subjetivação" publicado pela Editora Rede Unida E-mail fatimalima4@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9449-2514>

⁴ Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (1998), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2002) e doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Atualmente é professora na classe associado da Universidade Federal Fluminense. Atualmente tem pesquisas relacionadas ao feminismo e feminismo na ciência, estudando autoras como Donna Haraway, Isabelle Stergers, Vinciane Despret, bell hooks, Djamilia Ribeiro, Silvia Federici, dentre outras. Minicurriculo . E-mail anaclmonteiro@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5430-8068>



Resumo: Este artigo discute o conceito de interseccionalidade a partir da proposição de que inscrever gênero e deficiência na raça nos ajuda a pensar um sentido de tornar-se negra/o para além da substancialização, afirmando o conceito de identidade relacional. A disputa acerca do conceito de identidade é um dos maiores embates no campo da psicologia quando se trata de pensar a racialização do racismo antinegro e a agência dos povos negros no Brasil. Assim, fomos ao encontro dos movimentos de mulheres negras, que estão na base da construção e do desenvolvimento da interseccionalidade como ferramenta de luta, de liberdade e de desalienação. Nesse percurso, tomamos como referência as obras de Neusa Santos Souza, Patricia Hill Collins e de Lélia Gonzalez, e também a história de vida de Rachel, uma mulher negra, surda, ex-escravizada, que, em 1868, solicitou, matrícula em uma escola especial para pessoas surdas. Concluimos que o processo de tornar-se, interseccionalmente, tira o sentido de universalização da identidade e evidencia a interseccionalidade como uma ferramenta que nos ajuda na luta contra opressões, pelo reconhecimento de que essas forças se cruzam na experiência vivida, singular e coletivamente, a partir das agências.

Palavras-Chave: Identidade relacional; Psicologia; Agência; Surdez; Gênero.

INTERSECTIONALITY AND IDENTITY: RACE, GENDER AND DEAFNESS BY THE BLACK WOMEN AGENCY

Abstract: This paper discusses the concept of intersectionality based on the proposition that inscribing gender and disability in race helps us to think about a meaning of becoming black beyond substantiation, affirming the concept of relational identity. The dispute over the concept of identity is one of the biggest clashes in the field of psychology when it comes to thinking about the racialization of anti-black racism and the agency of black people in Brazil. To do so, we went to meet the black women's movements, which are at the base of the construction and development of intersectionality as a tool of struggle, freedom and disalienation. In this journey, we take as references the works of Neusa Santos Souza, Patricia Hill Collins and Lélia Gonzalez, and also the life story of Rachel, a black, deaf, ex-slave woman, who in 1868, requested enrollment in a special school for deaf people. We conclude that the process of becoming intersectionally takes away the sense of universalization of identity and highlights intersectionality as a tool that helps us in the fight against oppression by recognizing how these forces intersect in the singular and collective lived experience, from the agencies.

Keywords: Relational identity; Psychology; Agency; Deafness; Gender.

INTERSECCIONALIDAD E IDENTIDAD: RAZA, GÉNERO Y SORDERA POR LA AGENCIA DE MUJERES NEGRAS

Resumen: Este artículo discute el concepto de interseccionalidad a partir de la proposición de que inscribir el género y la discapacidad en la raza nos ayuda a pensar un significado de volverse negro más allá de la sustanciación, afirmando el concepto de identidad relacional. La disputa sobre el concepto de identidad es uno de los mayores enfrentamientos en el campo de la psicología cuando se trata de pensar la racialización



del racismo anti-negro y la agencia de los negros en Brasil. Para ello, fuimos al encuentro de los movimientos de mujeres negras, que están en la base de la construcción y desarrollo de la interseccionalidad como herramienta de lucha, libertad y desalienación. En este recorrido, tomamos como referencias las obras de Neuza Santos Souza, Patricia Hill Collins y Lélia Gonzalez, así como la historia de vida de Rachel, una mujer negra, sorda, exesclava, que en 1868 solicitó la inscripción en una escuela especial para personas sordas. Concluimos que el proceso de devenir interseccionalmente quita el sentido de universalización de la identidad y destaca la interseccionalidad como una herramienta que nos ayuda en la lucha contra la opresión al reconocer cómo estas fuerzas se entrecruzan en la experiencia vivida singular y colectiva, desde las agencias.

Palabras-clave: Identidad relacional; Psicología; Agencia; Sordera; Género.

INTERSECTIONNALITÉ ET IDENTITÉ: RACE, GENRE ET SURDITÉ PAR L'AGENCE DES FEMMES NOIRES

Résumé: Cet article traite du concept d'intersectionnalité basé sur la proposition selon laquelle l'inscription du genre et du handicapé dans la race nous aide à réfléchir à un sens de devenir noir au-delà de la substantialisation, affirmant le concept d'identité relationnelle. Le différend sur le concept d'identité est l'un des plus grands affrontements dans le domaine de la psychologie lorsqu'il s'agit de penser la racialisation du racisme anti-noir et l'agence des Noirs au Brésil. Pour ce faire, nous sommes allées à la rencontre des mouvements de femmes noires, qui sont à la base de la construction et du développement de l'intersectionnalité comme outil de lutte, de liberté et de désaliénation. Dans ce voyage, nous prenons comme références les œuvres de Neuza Santos Souza, Patricia Hill Collins et Lélia Gonzalez, ainsi que l'histoire de la vie de Rachel, une femme noire, sourde, esclavagisée, qui en 1868, demanda son inscription dans une école spéciale pour les personnes sourdes. Nous concluons que le processus de devenir intersectionnel enlève le sens de l'universalisation de l'identité et met en évidence l'intersectionnalité comme un outil qui nous aide dans la lutte contre l'oppression en reconnaissant comment ces forces se croisent dans l'expérience vécue singulière et collective, des agences.

Mots-clés: Identité relationnelle; Psychologie; Agence; Surdité; Genre.

INTRODUÇÃO

Como diz Neusa Santos Souza (2021, p. 46), “a descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio”, mas, também não é mero exercício acadêmico; é sim uma experiência vivida que “[...] articulada com experiências vividas por outros negros e negras, transmutar-se-á num saber que – racional e emocionalmente – reivindico como indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação” (SOUZA, 2021, p. 46).

Iniciar este artigo com a citação das palavras de uma mulher negra, psiquiatra e psicanalista, nascida em Cachoeira, na Bahia, formada pela Faculdade de Medicina da



Bahia, diz muito sobre os caminhos que percorremos no texto, pois anuncia a posição que tomamos diante de um embate que ocupa a psicologia quando se trata de pensar as práticas e as teorias psis diante da racialização no Brasil.

Neusa Santos Souza traz, nessa fala e ao longo do livro citado — *Tornar-se negro*, de 2021 —, uma concepção de subjetivação que temos nomeado de relacional a partir do encontro com outras/os autoras/es (FANON, 2008; FAUSTINO, 2020; HALL, 2020; NASCIMENTO, 2018). A estudiosa rompe com a formação subjetiva instituída espelho de narciso, pois critica diretamente o que chama de “mito – a identificação” (SOUZA, 2021, p. 55). Essa crítica, aportada nos estudos fanonianos, como bem ressalta a autora, interpela o espelho de narciso como único e verdadeiro dispositivo de estabelecimento da relação eu-outro, “porque aqui a diferença não abriga qualquer vestígio de neutralidade e se define em relação a um outro, o branco, proprietário exclusivo do lugar de referência, a partir do qual o negro será definido e se autodefinirá.” (SOUZA, 2021, p. 56). É praticamente um parricídio, pois o enfrentamento é direto à psicanálise lacaniana, para a qual há dois níveis de identificação narcísica: “[...] *moi* ideal (*idealich*); é ele que Lacan em sua imagem óptica situa ao nível da imagem real; é o reflexo da unidade do corpo; no homem, contrariamente aos outros animais [...]” (LÉGER, 1989, p. 36) e o segundo narcisismo: “Trata-se de uma identificação narcísica ao outro; o sujeito vê o seu ser numa reflexão em relação a este outro como ideal” (LÉGER, 1989, p. 36). Como anuncia Neusa Santos Souza (2021), esse jogo de diferença e de aproximação não abriga qualquer vestígio de neutralidade na construção identitária.

O jogo é outro, o espelho também, pois, diante do colonialismo e do racismo antinegro, “o preto é um objeto fobógeno e ansiógeno” (FANON, 2008, p. 134), a ponto de ter sua humanidade negada. A ocorrência cotidiana de tal processo na vida das pessoas negras é um “[...] drama desenrolando-se à luz do dia, o negro não tem tempo de ‘inconscentizá-lo’.” (FANON, 2008, p. 134, grifo do autor). Sair desse processo é romper com “o olhar do branco” a partir de modos de vidas negros — territorial, social, culturalmente. Assim, “um estudo rigoroso deveria se apresentar da seguinte maneira: interpretação psicanalítica da experiência vivida do negro; interpretação psicanalítica do mito preto.” (FANON, 2008, p. 134). No entanto, não se trata de inverter os polos, em busca de uma negritude em essência, perdida em um espaço territorial e existencial que não o nosso. Então, afinal do que se trata? Buscar a humanidade, em oposição à condição instituída pela branquitude



não é ir ao encontro do sentido de humanidade dos ideais brancos, colonizadores, falamos de um “novo humanismo” (FANON, 2015, p. 281):

a luta anticolonial, como um ato político de rebelião, não se apresenta como o fim da história e nem mesmo o retorno a alguma forma pretensamente original que tenha sido tolhida pela colonização, mas sim como a abertura a novas possibilidades de solidariedade e autocompreensão (FAUSTINO, 2020, p. 35).

É preciso, pois, reconhecer um sentido de identidade, de tornar-se sujeito, tornar-se negro, que não é nem reativo, nem oposicional, mas relacional. Temos entendido que o princípio para essa identidade não está nas diversas dialéticas, que, mesmo propondo a ruptura com a díade, a mantém por modelos reativos e oposicionais, preservando, pela diferença, um binarismo constitutivo do pensamento, dos modos de vida do ocidente branco.

Neste artigo, vamos ao encontro dessa identidade relacional a partir das discussões sobre a interseccionalidade como ferramenta metodológica não apenas para a pesquisa, mas, sobretudo, para a desalienação diante do racismo antinegro, pois a apresentaremos, pelas mãos de Patricia Hill Collins, que a toma como ferramenta de luta, de liberdade, engendrada por dentro dos movimentos de mulheres negras.

Nesse sentido, é importante marcar onde nós, autoras deste artigo, nos encontramos para esta escrita?! Somos três mulheres negras e uma mulher branca, ouvintes, todas comprometidas com as lutas antirracista, antissexista e anticapacitista na vida, mas também por dentro das nossas instituições de pesquisa, produzindo conhecimento a partir das nossas marcas e da nossa militância.

DESENVOLVIMENTO – O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL E O MOVIMENTO NEGROS-SURDOS

A fim de discutir a interseccionalidade como ferramenta imprescindível à construção da identidade relacional, nos apoiamos na obra de Patrícia Hill Collins (2015, 2019a, 2021, 2022) para entender como os sistemas de opressão se conectam e se constroem mutuamente, produzindo desigualdades sociais. Procuramos também entender de que modo tais problemas são enfrentados pelas agências dos povos negros, pois, na luta contra as opressões, há uma busca por emancipação que, segundo a autora, inclui os movimentos políticos e ativistas. Assim, ao discutir as relações entre interseccionalidade e liberdade, Collins o faz comparando as concepções de duas mulheres sobre o tema.



Uma delas é Simone de Beauvoir, mulher branca, nomeada como ícone feminista — e certamente o é —, que, de dentro dos limites da prática acadêmica, da epistemologia e da vida que a formam, analisa a opressão imposta às mulheres a partir de um sentido de liberdade existencial. Sobre sua obra, podemos dizer que “as categorias raça, gênero, etnia, idade e classe estão todas lá, mas são definidas e usadas de maneira não interseccional” (COLLINS, 2022, p. 282), pois, pensar o mundo contra as opressões a partir da concepção de liberdade existencial, a qual exige uma subjetivação universalizada, tira de cena o sentido que podemos encontrar quando analisamos o mundo pela perspectiva da colonialidade, como fundante, e seu conseqüente racismo antinegro. Desse modo, a partir das epistemologias negras, a liberdade só pode ser entendida com base nos processos de alienação e de desalienação diante das opressões do colonialismo (FANON, 2015), em que a desalienação é também entendida como um processo que se dá tanto na resistência da luta política e social como na “[...] desintoxicação das subjetividades colonizadas.” (NOGUERA, 2020, p. 17). A outra mulher com quem Collins dialoga é a intelectual e ativista Pauli Murray, que, ao guiar sua vida na luta por justiça social, foi inscrevendo seu corpo, suas experiências de mulher negra na interpretação de opressões por raça, gênero, classe, com o que nos ajuda a não construir interseccionalidade como ferramenta do somatório de opressões.

Uma interpretação mais cuidadosa sugere que os sistemas de poder podem ser teoricamente interseccionais, embora, na prática, algumas formas de opressão sobressaiam especialmente em determinados períodos e em determinados contextos sociais [...] A individualidade de Murray se aprimorou no contexto dessa luta contínua pela liberdade que analisava como o racismo, a exploração de classe e a negação da cidadania enquadravam a desigualdade social [...] No entanto, Murray experienciou ao mesmo tempo outros aspectos da desigualdade social como preocupação privada. [...] Gênero e sexualidade sempre estiveram presentes, mas tornaram-se publicamente relevantes como categorias de análise mais tarde em sua vida, quando ela encontrou e pôde contribuir para uma comunidade de mulheres (COLLINS, 2022, p. 285).

Ao abordar a vida de Murray, Collins (2022) anuncia a importância da práxis, da luta comunitária e coletiva para entendimento do conceito de interseccionalidade e, mais ainda, traz à cena um sentido de subjetivação relacional, agora para além de Fanon (2008, 2015, 2020) e de Hall (2020), não apenas por uma relação de olhares brancos e negros, mas fazendo inscrever gênero na questão racial.

Na conferência de abertura da 39ª Reunião Nacional da ANPEd - Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências, intitulada *Interseccionalidade e educação: desafios teóricos e metodológicos*, realizada no dia 24 de outubro 2019, na Universidade Federal Fluminense (UFF), Patricia Hill Collins (2019b) nos disse que “[...] há muitas



interseccionalidades a serem descobertas”. Naquele dia, diante de tantas dúvidas e inquietações, entendemos não se tratar da descoberta de algo que está por aí como essência, mas sim do que está na experiência vivida, em que a ação política, a militância e o ativismo permitem inscrições de “preocupações privadas” na vida pública, arrastando inscrições na racialização que nos faz dar sentido ao tornar-se sujeito afrodiaspórico pelas experiências, arrastando junto à raça, classe, gênero, deficiência e tantas opressões que caibam nas vivências de uma comunidade.

Lembro que, na referida palestra apresentada por Patrícia Hill Collins, uma professora que assistia perguntou como trabalhar a interseccionalidade na Educação Básica. A pergunta inquietante fazia a plateia repleta de professoras/es esperarem ávidos pela resposta... a qual, de acordo com a intelectual, seria darmos pequenas respostas cotidianas. Embora essa resposta não fosse animadora, segundo Collins, era preciso salvar uma criança por vez e pequenos grupos. Para ela, a interseccionalidade não te conta como construir o mundo, mas te dá ferramentas para entender o mundo em que você vive, intervir nele e fazer a diferença (SILVA, 2022, p. 100).

A interseccionalidade surgiu com os movimentos de mulheres negras nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, pois segundo Collins e Sirma Bilge, os movimentos sociais existentes privilegiavam “[...] uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 17), produzindo uma forma que não inclui a vida dos povos negros, porque tratavam de uma universalidade, em que, por exemplo, a experiência vivida de mulheres negras como trabalhadoras, lésbicas e de outras nacionalidades era negligenciada para ser incorporadas por um modo branco. Dessa forma, o racismo sofrido cotidianamente dificilmente era incluído nas lutas. Por isso, as mulheres negras se organizaram para lutar por direitos e enfrentar as múltiplas experiências de opressão, a partir de uma forma que não colocasse nenhuma categoria de análise e ação acima das outras, sem, no entanto, invisibilizar o que institui e permite a colonialidade: o racismo antinegro.

É certo que o termo interseccionalidade não foi criado nos movimentos das mulheres negras, porém o modo foi ali instituído, pois já era usado “[...] como ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16) antes de a interseccionalidade ser desenvolvida como um conceito na academia, onde foi descrito, em 1991, pela jurista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw (1991, 2002). Podemos, dessa maneira, entender como a militância de mulheres negras fez produzir epistemologia no campo acadêmico. No entanto, é preciso cuidar para que essa estratégia recorrente de apagamento não recaia na luta das



mulheres negras ao performarem a interseccionalidade antes mesmo da instituição do conceito (COLLINS; BILGE, 2021). Além disso, precisamos atentar para outro apagamento, sobre o qual Collins e Bilge (2021) nos chamam atenção. As autoras explicitam a importância dos movimentos de mulheres negras na América Latina e Caribe na constituição do modo interseccional, trazendo à cena a ideia de que interseccionalidade como luta não é ação apenas dos movimentos de mulheres negras americanas.

Muitas afro-americanas, latinas, asiático-americanas, indígenas, mulheres brancas pobres e da classe trabalhadora que se engajaram no ativismo social viram-se nas mesmas instituições que antes as excluía. Durante as décadas de 1980 e 1990, indivíduos de grupos antes excluídos ingressaram em faculdades e universidades como pós-graduandos, instrutores, professores assistentes, funcionários e administradores. Muitas mulheres desses grupos historicamente excluídos permaneceram fora das instituições sociais, demonstrando a necessidade de projetos de justiça social à parte do mundo acadêmico. [...] Mulheres de cor e simpatizantes levaram para o mundo acadêmico ideias como multiplicidade de opressões, a importância das políticas identitárias e o significado da transformação estrutural que moldou seus entendimentos sobre a incorporação institucional. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 105-106).

No Brasil, diversas intelectuais construíram estudos a partir da perspectiva interseccional, com a percepção de que o modo já estava dado antes de o conceito ser afirmado pela academia, conforme anunciam Collins e Bilge (2021). Podemos citar muitas mulheres e o próprio movimento de mulheres negras e suas ramificações, porém damos destaque a Lélia Gonzalez, que, ao inscrever o gênero na raça em suas produções intelectuais e também no movimento negro no Brasil, discute a intersecção entre raça, gênero e classe segundo um olhar complexo aos lugares reservados às mulheres negras e ameríndias em nosso continente.

É importante insistir que dentro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não-brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo da sua condição biológica – racial e/ou sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano. (GONZALEZ, 2020c, p. 145-146).

Gonzalez tem profunda importância nessa inscrição do gênero na raça, pois a autora toma um caminho que em nenhum momento cruza o do feminismo branco, porque, ao discutir racialização no Brasil e o conseqüente mito da democracia racial, ela o faz a partir do papel de agência da mulher negra, em que tem papel determinante a mãe-preta. Segundo Lélia Gonzalez (2020a), a mulher negra criou “[...] uma espécie de ‘romance familiar’[...]” (GONZALEZ, 2020a, p. 199) ao contar suas histórias “conscientemente ou



não, ela passou para o brasileiro *branco* as categorias das culturas negro-africanas de que era representante.” (GONZALEZ, 2020a, p. 199, grifo nosso). E sim, Lélia Gonzalez, faz citações e usos de conceitos caros à psicanálise, dá, inclusive, à mãe preta lugar de sujeito suposto saber na africanização do “[...] português falado no Brasil (transformando-o em ‘pretuguês’) [...]” (GONZALEZ, 2020a, p. 199). No entanto, romance familiar e sujeito suposto saber completamente tomados pelo que Fanon (2008, p. 134) propõe: “cada vez que lemos uma obra da psicanálise [...] ficamos impressionados com a inadequação [...] diante da realidade que oferece o preto [...] Um estudo rigoroso deveria se apresentar assim: experiência psicanalítica da experiência vivida do negro; interpretação psicanalítica do mito preto”.

Gonzalez (2020a; 2020b) traz à cena a importância da mulher negra, da mãe preta, não pelo lugar ocidental, branco, cristão, da mãe como purificação, mas, sim, como resistência. Ela analisa a experiência vivida das mulheres negras no Brasil, desde a escravização, entendendo como essas mulheres sempre estiveram na luta, construindo formas de agências, de resistência. É dessa maneira que ela faz inscrever o gênero na raça e não a partir de um feminismo de origem branca, pelo qual, como a própria autora diz, não é possível reconhecer a divisão racial do trabalho. Lélia Gonzalez cita muitas mulheres negras, a exemplo de Luisa Mahin, mas diz também que é preciso reconhecer a luta, a agência, a resistência da “*mulher negra anônima*” (GONZALEZ, 2020b, p. 64, grifo da autora).

Nessa toada, com nossos grupos de pesquisa, temos feito ensino e inserção social, muitos encontros de trabalho e de luta com mulheres negras, o que tem nos permitido entender, pela práxis, essa relação entre interseccionalidade e identidade. Temos muitas histórias a contar, no entanto, a experiência vivida de uma mulher negra que viveu em outro tempo nos tem trazido questionamentos importantes para pensarmos a intersecção. Estamos falando de Rachel, mulher negra surda, ex-escravizada, liberta em 1868, cuja agência, o ato-resistência de solicitar a inscrição em uma escola especial, em 1871, vem nos fazendo perguntar por outras interseccionalidades para além da raça-gênero-classe. Como fazer compor com a deficiência de uma mulher negra nossa conversa sobre interseccionalidade e identidade?!

Essa história está relatada no livro *Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos*, em que a autora, Solange Rocha (2018), após cuidadosa pesquisa em documentos históricos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)



e do Arquivo Nacional, encontrou um ofício, datado de 1871, o qual notificava que uma menina surda, preta, chamada Rachel, estava livre desde 1868, antes mesmo da promulgação da Lei do Ventre Livre, e poderia ser aceita na instituição de educação de surdos.

Não sabemos quase nada sobre a vida de Rachel e sobre a escolarização das primeiras pessoas negras surdas a ingressarem no INES, à época instituição nomeada de Instituto dos Surdos-Mudos, mas é preciso destacar que a história de Rachel é um marco na educação de pessoas surdas, pois é a primeira mulher negra surda ex-escravizada da qual se tem algum registro na instituição. O ano era 1868, antecedia em duas décadas a abolição da escravatura, mas já eram crescentes os movimentos abolicionistas no país que reivindicam a libertação das/os escravizadas/os. A solicitação de Rachel foi um gesto singular, mas representativo da agência da mulher negra, pois, naquele contexto, o ensino primário e o secundário não contemplavam a população escravizada, tampouco incluía pessoas com deficiência e surdas.

De acordo com o Decreto nº 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854, que regulamentou Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte, uma série de diretrizes referentes ao funcionamento escolar foram adotadas, entre elas a não admissão de matrículas e nem a frequência de pessoas escravizados/as no ensino primário e secundário” (SILVA, 2022, p. 51).

Na letra da lei, decreto nº 4.046, de 19 de dezembro de 1867, estão expressos o racismo, o capacitismo e o machismo estruturantes de nossa sociedade, pois estavam excluídas/os as/os escravizadas/os e as/os “idiotas” da escola, estava também estabelecida diferenciação escolar por gênero. Além disso, as exigências feitas tiravam de cena também as/os jovens libertas/os.

Art. 14. A admissão de alumnos de qualquer classe dependerá de autorização do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, devendo os pretendentes instruir seus requerimentos com os seguintes documentos:

- 1º Certidão de baptismo, ou justificação de idade do menino;
- 2º Attestado do parochio e de duas autoridades do lugar da residencia do menino, que prove achar-se em estado de indigencia, no caso de ser gratuita a admissão;
- 3º Attestado de ter sido vaccinado com bom resultado;
- 4º Attestado de não soffrer molestia contagiosa;
- 5º Attestado que prove ser — Surdo-Mudo.

Art. 15. Não poderão ser admittidos:

- 1º Os menores de 9 annos, e os maiores de 16;
- 2º Os que se acharem em estado de idiotismo, e por isso incapazes de instrucção;
- 3º Os escravos. (BRASIL, 1867, p. 454).



A Lei nos choca e revolta, pois sabemos que, cotidianamente, ela se fez valer com ações de violência, sofrimento, humilhação, com dispositivos na manutenção dos sistemas de opressão dirigidos às pessoas negras, fossem escravizadas ou libertas. Um exemplo é o caso de Rachel, que, como tantas outras pessoas negras e surdas, viveu o apagamento de suas histórias, invisibilizadas por sua condição interseccional (negra, mulher, surda, pobre...).

Sua condição de ex-escravizada, mulher e surda traz uma questão própria daquela época, mas que atravessa os tempos e a racialização no Brasil, por meio de uma questão: o que fazer com uma mulher negra surda livre? No entanto, Rachel sabia a resposta dos povos negros — nós nos mantemos pela resistência e pela luta —, e assim, num gesto que pode parecer muito simples, mas se configura como modo interseccional, fazendo valer a lei, solicitou sua inscrição em uma instituição de ensino. Aqui, retomamos a discussão de agência, agora por uma tripla força: raça, surdez e gênero, pois, naquela época, Rachel fez valer o que Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins nos dizem: a interseccionalidade se dá pela luta da mulher negra, e isso independe de qualquer conceito acadêmico.

Com seu pedido de inscrição em uma escola especial, Rachel enfrentou a substancialização da identidade negra, pela desconstrução de uma das categorias com as quais a sociedade instituía, já àquela época, desumanização ao que nomeava de “massa negra” — a mulher negra como “doméstica e mulata” (GONZALEZ, 2020b, p. 59). Junto a isso, Rachel faz uma interpelação por meio do que a sociedade colonialista considera como princípio de humanidade, a linguagem. Uma mulher negra enfrenta os princípios linguísticos característicos da sociedade ocidental branca, para a qual a linguagem é expressão do pensamento com instância marcada por um sentido de tempo linear, a ser capturado pela palavra para ser inscrito como escritura: “as coisas ditas são as que se inserem em suas escrituras” (RICOEUR, 1975, p. 22). Trata-se de um sentido de linguagem que assume e é assumida pela cultura branca, ouvintista, masculina. Falar é assumir uma cultura e, nessa perspectiva branca e ouvintista, não cabe nenhuma outra cultura. Rachel, com sua coragem e agência, interpela o que é considerado fundante para um sentido de humano, que se anuncia como universal, mas que sabemos delimitado pela branquidade, pelo ouvintismo, pelo sexismo, e outras opressões, com domínio de uma forma de linguagem, uma forma de comunicação tornando todas as outras formas indesejáveis, hereges. Rachel nos ensina com suas marcas interseccionais.

Essa inscrição do gênero na raça — e, na história de Rachel, também a inscrição da surdez — nos ajuda a afirmar a interseccionalidade tendo como um de seus princípios desuniversalizar as subjetivações pela relação entre linguagem e cultura, entendendo como “a noção biocêntrica de humano” e os “[...] os limites da verdade ocidental cristã, assentada na noção biocêntrica de humano” (FLOR; KAWAKAMI; SILVÉRIO, 2020, p. 1292) é condição apenas para uma formação identitária, que é branca, masculina, ouvinte. Ao iniciar os estudos sobre raça e surdez, nós nos deparamos com pesquisas que, embora tomassem como sujeitos pessoas surdas e negras, não traziam à cena a interseccionalidade, pois anunciavam raça e surdez como categorias, como a “dupla diferença”, “dupla opressão”, “dupla identidade”, entre outras definições, sem nenhuma construção que pensasse a identidade relacional entre surdos e ouvintes arrastando a raça e vice-versa, pois dentro do mesmo cânone linguístico ocidental e branco.

Fizemos, então, o caminho que temos aprendido ao tomarmos a interseccionalidade como ferramenta, fomos ao encontro da agência de pessoas negras-surdas. Especificamente, buscamos o movimento negro surdo, em produções escritas, como artigos, dissertações e teses, e produções digitais, caso de vídeos e fotografias no Youtube, no Instagram ou no Facebook, para verificar suas origens e seus fundamentos (Silva, 2022).

O movimento dos surdos negros tem origem no ano de 2008, em São Paulo, no Encontro Nacional de Jovens Surdos (ENJS), no qual um grupo de negras/os surdas/os se reuniu e criou um símbolo para representar o sentido de ser negra/o e ser surda/o, que, inicialmente, tinha o objetivo de “[...] trazer a reflexão sobre a consciência acerca das questões relacionadas ao racismo e à surdez” (FERREIRA, 2018, p. 13), mas a imagem elaborada trazia o sentido de interseccionalidade para o movimento.

Figura 1: Símbolo elaborado para representar o movimento negro surdo



Fonte: Ferreira, 2018, p. 13.

Para Sandro Pereira, um dos idealizadores da imagem, ela representa a luta dos sujeitos negros surdos contra diferentes formas de opressão:

a mão aberta significa o rosto negro, os dois dedos (polegar e indicador) que tocam o rosto próximo aos olhos e com o restante da mão aberta, significa o registro e as conexões possíveis de se fazer. Nesta configuração com a mão toda aberta, cada um dos dedos tem um significado, primeiramente o curso das leis e esse “L” também significa língua, língua de sinais. O dedo médio, que é o principal significa os lugares negros, o anelar, significa as pessoas que são surdas, negras nas suas mais diversas formas, gays, lésbicas, homossexuais, etc. a pessoa que é negra e surda, e gay e lésbica, mulher, homem, bissexual, etc. O dedo mínimo significa a importância do respeito às pessoas. Assim o centro da mão significa união e paz, que parem de preconceito! (PEREIRA *apud* FERREIRA, 2018, p. 87-88).

A imagem criada traz a interseccionalidade como ferramenta na interpelação da colonialidade por vários motivos: comunica pela imagem, em uma sociedade em que há o privilégio do letramento; descreve a imagem, não para atender exatamente ao letramento, mas para incluir outros grupos, como pessoas com deficiência visual; surgiu de um movimento de luta, de resistência e o mantém vivo como agência de negras/os surdas/os. Mas, também não podemos deixar de pensar que traz um sentido de interpelação ao esquema corporal branco, normativo, higienista.

No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas. (FANON, 2008, p. 104).

A política identitária repousa sobre uma relação recorrente entre indivíduos e as estruturas sociais, quando os primeiros criam um coletivo baseado em lugares sociais semelhantes nas relações de poder. Uma identidade transformada pode ser transformadora e duradoura. Uma vez que as pessoas mudam no nível individual por meio da conscientização política, também se tornam atores da mudança coletiva. O foco no eu, em sua totalidade, proporciona um impulso importante ao empoderamento individual e coletivo. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 210).

Por fim, entendemos que a interseccionalidade institui um sentido de identidade em que individual e coletivo se imbricam, não apenas por marcas de opressão substancializadas em si, mas pela relação solidária que se dá pela aproximação de sofrimentos, mas também de agências, de lutas. Rachel, uma mulher negra surda movimentou uma sociedade para a luta que começou a ser travada mesmo em tempos de escravização. Parece pouco, mas os passos de Rachel e de muitas outras foram determinantes para a luta que segue cada vez mais viva contra as opressões.

CONCLUSÃO



Rachel esgarça aquilo que se convencionou ver como o arquivo da escravização, marcado por um processo de subalternização e anulação da dimensão subjetiva e da agência crítica da população negra no processo de escravização e pós-abolição. Por outro lado, ela nos faz ver e pensar sobre a força da coadunação dos eixos de opressão ao inscrever, além do gênero na raça, também o capacitismo, num momento que, inclusive, antecede o desenvolvimento das ideias eugenistas no processo formador da nação brasileira. Nesse sentido, Rachel conduz a força coletiva das mulheres negras na diáspora africana, um corpo episteme, carregado de violências, mas também produtor de inúmeros sentidos de existir enquanto mulher, negra, ex-escravizada e surda, ampliando os arquivos da escravidão aquém e além das leituras e interpretações subalternizantes.

Concluimos que o processo de tornar-se interseccionalmente tira o sentido de universalização da identidade e evidencia a interseccionalidade como ferramenta que nos ajuda na luta contra as opressões pelo reconhecimento de como essas forças se cruzam na experiência vivida singular e coletivamente, a partir das agências. Patrícia Hill Collins (2022) afirma que esse reconhecimento exige solidariedade flexível, pois aproxima grupos sociais por um ideal social ou por um problema, sempre evidenciados pela forma como os experienciamos e os interiorizamos, processo o qual Fanon (2008) chama de sociogenia.

Desse modo, Collins (2022) defende a importância do diálogo para estabelecer coalizões, intersecções, mesmo quando as pautas são diversas, e mesmo quando se particularizam, pois só uma escuta comprometida com o não alheamento em relação à outra, ao outro torna possível criar agências por ações políticas comuns. Mas não sejamos arrastados pelo sentido que o pensamento ocidental branco dá ao diálogo. Nesse momento, é melhor nos lembramos de Fanon (2015), ao anunciar a ideia de que consenso é tática da colonialidade, sempre em prol de uma liberdade existencial em que não cabem as/os oprimidas/os por raça, gênero, classe, surdez... Collins fala do diálogo entre as nossas e os nossos na construção da agência pelas experiências vividas; é o consenso com aquelas/es que criam a luta coletiva a partir dos lugares sociais de opressão e da agência para transformar tais lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. Decreto nº 4046 de 19 de dezembro de 1867. Approva o regulamento provisório do Instituto dos Surdos-Mudos. In: BRASIL. *Collecção de Leis do Imperio do Brasil de 1867*: tomo XXX: parte II. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1867. p. 452-458. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html. Acessado em: 10 de setembro de 2022.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, v. 41, n. 1, 2015, p. 1-20. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146%2Fannurev-soc-073014-112142>. Acessado em: 08 de janeiro de 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Não apenas ideias: interseccionalidade e pesquisa em educação. In: REUNIÃO NACIONAL ANPEd, 39., 2019, Niterói. *1 vídeo* (100 min). Niterói: UFF, 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vmiCZqKpFVs&t=183s>. Acessado em: 20 de julho de 2022. Universidade Federal Fluminense/UFF, 2019b

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019a.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feminista*, v.10, n. 1, 2002, p. 171-188. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v10n01/v10n01a11.pdf> Acessado em: 15 de junho de 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, 1991, p. 1241-1299. Disponível em: https://web.archive.org/web/20190409162629/http://funnel.sfsu.edu/students/luyilin/Lu_Yilin/other/wgs/Crenshaw1991_intersectionality.pdf. Acessado em: 20 de março de 2020.

FANON, Frantz. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu, 2020.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *A disputa em torno de Fanon: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos*. São Paulo: Intermeios, 2020.

FERREIRA, Priscilla Leonor Alencar. *O ensino de relações étnico-raciais nos percursos de escolarização de negros surdos na educação básica*. Dissertação (Mestrado em Ensino), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2018. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgen/wp-content/uploads/2019/02/DISSERTA%C3%87%C3%83O-FINAL-PRISCILLA-LEONOR.pdf>. Acessado em: 20 de julho de 2022.

FLOR, Cauê Gomes; KAWAKAMI, Érica Aparecida; SILVÉRIO, Valter Roberto. Tornar-se sujeito afro-diaspórico: working with Du Bois, Frantz Fanon e Stuart Hall. *Contemporânea*, v. 10, n. 3, 2020, p. 1289-1322. Disponível em:



<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1019/pdf>.

Acessado em: 20 de julho de 2022.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 197-200.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 139-150.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

LÉGER, Claude. Que outro é esse então, ao qual sou mais apegado do que a mim mesmo? In: MILLER, Gérard. *Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. p. 24-44.

NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: Ed. Filhos da África, 2018.

NOGUERA, Renato. Fanon: uma filosofia para reexistir. In: FANON, Frantz. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu, 2020. p. 7-19.

RICOEUR, Paul. Introdução. In: RICOEUR, Paul *et al.* *As culturas e o tempo: estudos reunidos pela UNESCO*. Petrópolis, RJ: Vozes: São Paulo: EdUSP, 1975. p. 15-39.

ROCHA, Solange. *Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos*. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2018. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/publicacoes>. Acessado em: 20 de julho de 2023.

SILVA, Aline Gomes. *Subjetividades negras surdas: rompendo o silêncio na educação de jovens e adultos*. Tese de Doutorado (UFF). Programa de Pós-Graduação em psicologia. Niterói, 2022, 193f. Disponível em: <http://slab.uff.br/teses/> Acesso: 21/09/23

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Recebido em: 10.08.2023

Aprovado em: 20.09.2023